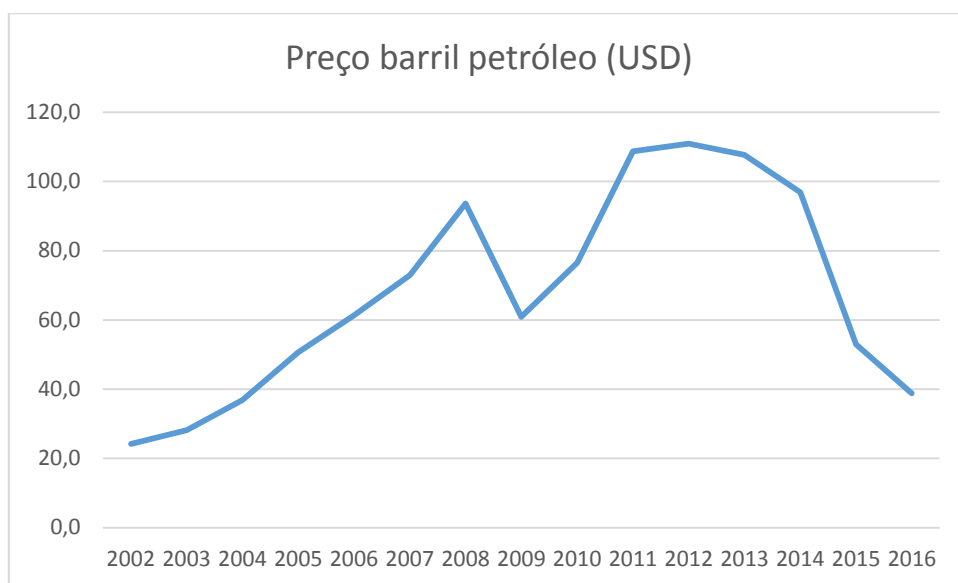


CONFERÊNCIA NA FUNDAÇÃO AIP

13 de Janeiro de 2016

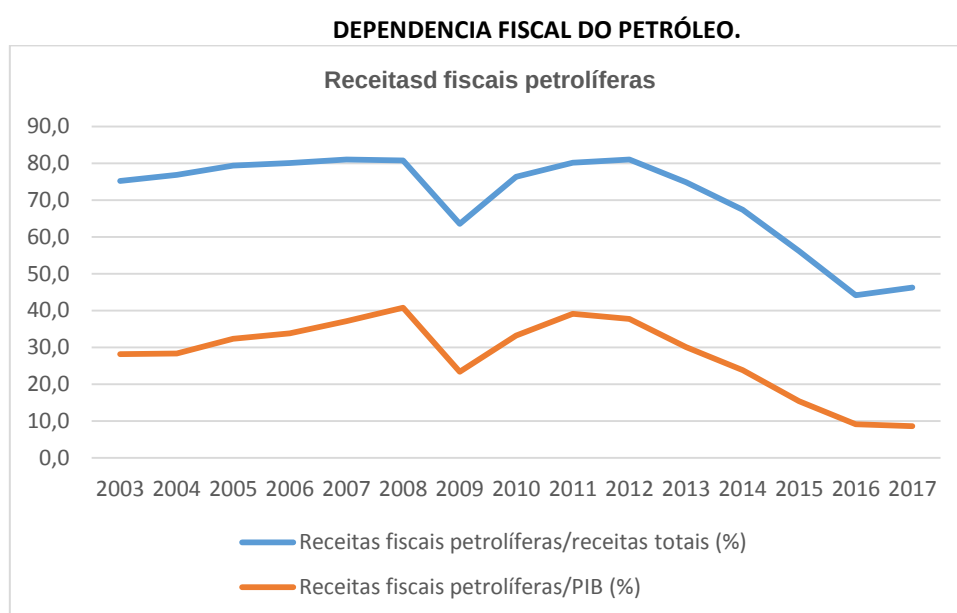
Alves da Rocha

FINANÇAS PÚBLICAS, SISTEMA BANCÁRIO E DÍVIDA PÚBLICA



QUADRO FISCAL DE ANGOLA

RUBRICAS	2013	2014	2015	2016	2017
Receitas fiscais totais (USD MM)	50,2	44,7	27,9	20,4	22,2
Receitas fiscais petrolíferas (USD MM)	37,6	30,2	15,7	9,0	10,3
Dependência fiscal (%)	74,9	67,6	56,3	22,5	46,4



A Reforma Tributária, que aparentemente no seu essencial terminou, manteve taxas elevadas para alguns impostos, imponentes sobre as famílias e as empresas, reduzindo-se os respectivos rendimentos disponíveis, de onde se retiram consumos privados (também alavanca do crescimento económico, ainda que por vias indirectas) e investimento privado, variável directa de aumento do PIB presente e potencial.

Dois dos princípios reitores de uma reforma fiscal são: competitividade e justiça tributária.

A questão da dívida pública – que pode chegar a 75% em 2017 se considerarmos as empresas públicas, como a TAAG e de algumas empresas agro-pecuárias.

Mas o rácio da dívida pública com que normalmente se opera em Angola é mais restrito e atingiu o seu máximo justamente este ano (ver Relatório de Fundamentação OGE 2017) com 61,9%. Para 2017, o Governo projecta 52,7%, uma redução de quase 10 pontos percentuais.

A sustentabilidade das dívidas públicas deve ser enquadrada por 3 factores: défice fiscal primário, taxas reais de juro e taxas de crescimento do PIB.

O rácio da dívida pode ser controlável (62% registado em 2016), se e só se os restantes factores forem positivos e sintetizados numa inequação: taxa de crescimento do PIB > Taxa real de juro. Isto significa que a médio prazo – até 2020 se o cenário do comportamento do preço do petróleo se mantiver, no essencial, constante (USD 50 o barril) – o país pode ter problemas com a sua dívida pública. Porquê?

- a) **A intensidade de crescimento da economia vai manter-se baixa (o Governo prevê para 2017 2,1% para o total da actividade económica e 2,3% para o PIB não petrolífero**, o The Economist recentemente aponta para menos de 3% até 2021.
- b) **As taxas de juro estão altas**, independentemente de serem internos ou externos os empréstimos (uma média ponderada aponta para um valor de 8,8% em 2016, com tendência ao agravamento devido aos factores de instabilidade e de risco imponentes sobre a economia nacional).
- c) **O défice fiscal primário está, por enquanto, longe de um efectivo controlo.** De acordo com o Relatório de Fundamentação do OGE 2017, o rácio dos juros da dívida pública evoluiu da seguinte forma: 0,8% em 2013, 1,2% em 2014, 2% em 2015, 2,6% em 2016 e projecta-se um valor de 2,5% para 2017. Consequentemente, o défice primário em relação ao PIB, pela mesma sequência temporal, é de 1,1%, -5,4%, -1,3%, -3,3% e -3,3% (um acumulado de -12,2%).

- d) **As contradições entre políticas orçamentais activas** (em favor do crescimento) e políticas orçamentais de estabilidade (favoráveis à preservação de equilíbrios macroeconómicos fundamentais) são mais evidentes em situações de crise financeira e económica, como é claramente o caso de Angola.

Mas há outros factores, que podem impactar negativamente a dívida pública:

➤ **A recapitalização do BPC** (o Estado já colocou nesta instituição cerca de USD 1000 milhões), **do BCI** (talvez um montante menor de recapitalização), **da TAAG** (a sua reestruturação está em curso, tendo sido identificadas novas necessidades de financiamento para aquisição de nova aeronaves, acompanhadas de despedimentos de pessoal, como forma de redução dos custos de funcionamento), **da Sonangol** (segundo declarações públicas a sua dívida pode ascender a USD 9000 milhões e a quem a China recusou o pedido de empréstimo de USD 5000 milhões, depois de ter aberto uma linha de crédito para o país de USD 15000 milhões por intermédio do CDB – China Development Bank), da Endiama (a braços com a queda da cotação internacional do diamante), **da SODEPAC – Fazenda Pungo Andongo** (a necessitar de injeção urgente de dinheiro, especialmente de divisas, para reactivar a produção, segundo declarações do seu presidente), etc.

DÍVIDA PÚBLICA EM ANGOLA

RUBRICAS	2013	2014	2015	2016	2017
Dívida pública total (USD MM)	30,6	41,6	48,6	56,6	62,8
% do PIB	24,5	32,8	47,4	61,9	52,7
Externa (USD MM)	15,7	20,2	22,2	26,5	32,5
% do PIB	12,6	15,9	21,6	29,0	27,3
Interna (USD MM)	14,9	21,4	26,5	30,0	30,3
% do PIB	12,0	16,9	25,8	32,9	25,4

Transcrevem-se alguns comentários de agências internacionais sobre as debilidades do sistema financeiro nacional e que acabam por condicionar a recuperação da economia:

- A Economist Intelligence Unit considera que o crédito malparado em Angola deverá "aumentar significativamente" nos próximos dois anos, destacando que o banco central, apesar dos bons esforços, tem uma capacidade limitada para modernizar o sector.
- Aumentos de capital de bancos angolanos em 2017, para adaptação das contas ao novo regime de normas internacionais de contabilidade (IFRS).
- USD 4.000 MILHÕES – Necessidades de aumento de reservas dos cerca de 30 bancos angolanos, de acordo com analistas consultados pela agência Bloomberg. Risco de colapso de bancos em Angola e

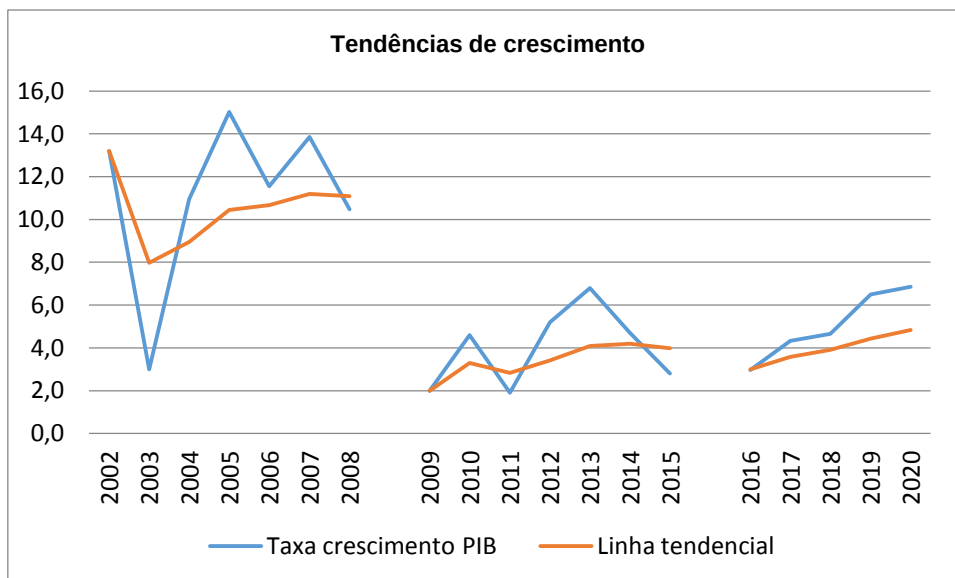
Moçambique “elevado”, segundo consultora Exx Africa. Outros países africanos com sectores bancários debilitados: Nigéria, Uganda, Quénia, Gana. *“As consequências da inação serão desastrosas... colapsos de bancos representam riscos de contágio significativos para outros bancos, empresas públicas e sociedades privadas”*, segundo Robert Besseling, da Exx Africa (Bloomberg).

- d) ACUSADOS – Funcionários do Banco Nacional de Angola (BNA) de pertencerem a uma rede criminosa que burlava cidadãos e empresas, sob a promessa de acesso a divisas, desmantelada pelo Departamento de Inteligência e Controlo do Sistema Financeiro (DCS).
- e) Montante de crédito vencido duplicou desde 2012, o que corresponde a um crescimento anual de 26%”, rácio de crédito vencido sobre crédito total manteve um valor semelhante ao verificado em 2014, cerca de 11%;

O FMI considera que o sistema bancário precisa ser reforçado para que possa contribuir para a recuperação da economia e fomentar o crescimento inclusivo.

A credibilidade internacional do sistema bancário angolano é praticamente nula, sendo, claramente, insuficientes declarações de boa vontade sobre a mudança/adopção de regras sãs, rumos correctos e modelos eficientes de gestão do dinheiro dos cidadãos e das empresas. O sistema financeiro internacional é absolutamente indiferente a estes actos de penitência, valendo tão-somente a eficiência, o compliance, a boa governança e a transparência.

CRESCIMENTO ECONÓMICO, RISCOS E INCERTEZAS

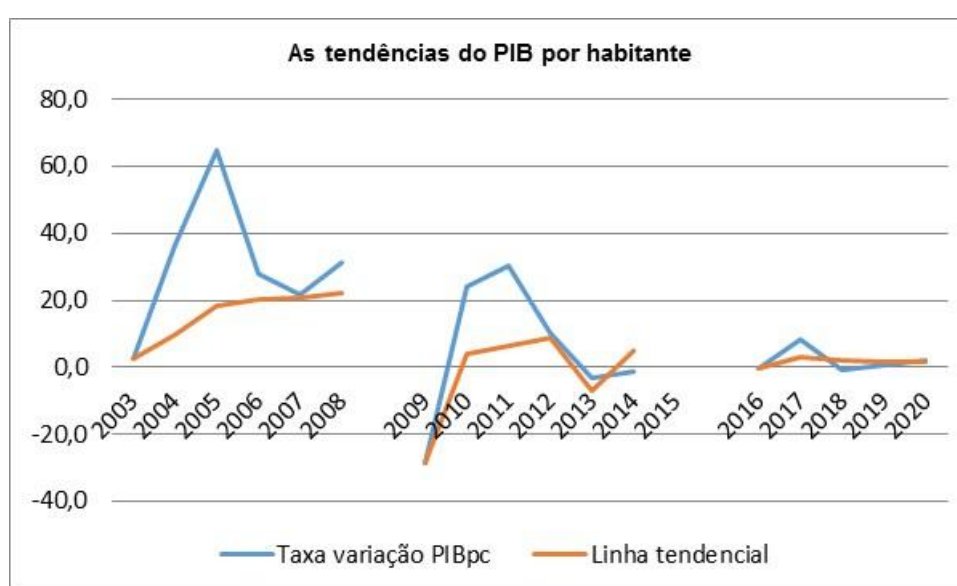


“Mini-idade de ouro” a taxa média anual de variação foi de 10,1%, enquanto para a **“fase de desaceleração estrutural”** foi de 3,1%, uma desproporção de 7 pontos percentuais. Mas pelo meio ocorreram acontecimentos interessantes, como:

- Depois da crise financeira e económica internacional de 2008/2009, os **preços do petróleo voltaram a aumentar no mercado internacional e a taxa de crescimento do PIB angolano aproximou-se de 4,6% em 2010**. Todavia, uma recuperação efémera, pois em 2011 baixou para 1,86%.
- **A contínua subida do preço do petróleo providenciou o registo de crescimentos da produção mais substantivos em 2012 (5,2%), 2013 (6,8%) e 2014 (4,7%).**
- Todavia, os sinais de crise já pairavam no ar a partir de meados de 2014 em que no seu segundo semestre se registou uma das mais violentas quebras do preço do petróleo, mais de 45%. Por isso, o **PIB angolano apresentou taxas anémicas de crescimento em 2015 (2,8%) e 2016 (1,1%)** (podendo repetir-se em 2017). Atendendo ao potencial de crescimento revelado durante a fase dourada, as taxas de 2015, 2016 e 2017 podem vir a ser utilizadas para caracterizar um mini período de **“crescimento económico anémico”**.
 - **Nesta fase de desaceleração estrutural foram registados três anos em que as taxas de crescimento nominal do PIB (medido em USD) foram negativas, podendo falar-se de recessão económica: 2013 (-0,6%), 2015 (-19,6%) e 2016 (-2,9%).**

Angola está a crescer pouco, mas pior ainda, não se espera que nos tempos mais próximos (até 2022?) possa atingir as dinâmicas dos anos gloriosos das receitas petrolíferas espantosas.

Por falta de capital e de recursos humanos habilitados e qualificados, o país não reúne as condições do “turn over” senão no médio/longo prazo.



			2012	2013	2014	2015	2016
Agricultura, pecuária e florestas			5,81	42,3	11,9	0,8	6,7
Pescas			2,52	2,4	5,3	5,8	1,7
Petróleo bruto e gás			5,31	-0,90	-2,6	6,3	0,8
Diamantes e outras			0,44	3,34	1,0	2,2	-0,6
Indústria transformadora			10,75	8,6	8,1	-4,0	-3,9
Energia e água			11,66	34,4	17,3	2,5	19,2
Construção			25,41	8,1	8,0	3,5	3,2
Serviços mercantis			-0,82	7,0	8,0	2,2	0,0
Serviços não mercantis			3,44	0,7	6,0	1,1	0,0
Direitos de importação							
PIB preços de mercado			5,2	6,8	4,7	2,8	1,1
PIB não mineral(-petról e diaman)							
PIB não petrolífero			5,6	10,9	8,2	1,3	1,2

O Governo apresentou as suas expectativas para 2017 no Relatório de Fundamentação do OGE 2017 e não são propriamente reconfortantes, com uma taxa de crescimento do PIB de 2,5% e um défice fiscal de 5,6% do PIB.

Algumas instituições internacionais colocam a taxa de crescimento do PIB em 1,5%, o que, a verificar-se, reduzirá o rendimento médio por habitante em -1,7%,

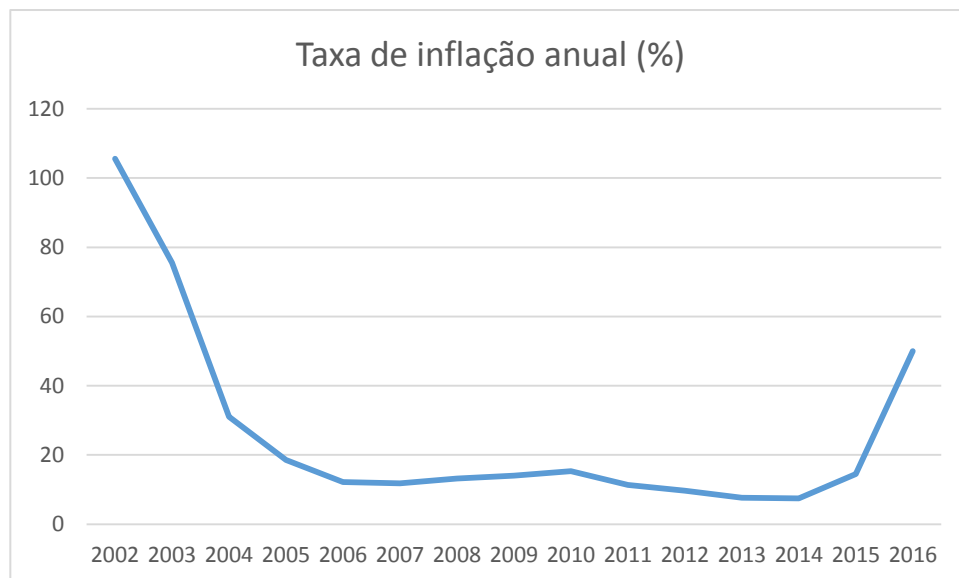
O crescimento económico do país está envolto em **incertezas e riscos**, expostos também no Relatório de Fundamentação do OGE 2017, claro na óptica do Governo. Mas existem mais e outros. Enumeram-se os seguintes:

- a) Comportamento do **preço do petróleo**, que se deverá manter muito instável e oscilante face à nova política petrolífera anunciada pelo Presidente eleito dos Estados Unidos.
- b) **Dívida pública entre 75% e 80% do PIB** até final de 2017, violando-se o limite constitucional de 60%
- c) **O abrandamento do crescimento económico na China** está a dificultar as exportações de petróleo de Angola.
- d) **As consequências do BREXIT** no relacionamento África-União Europeia ainda por determinar, mas que poderão forçar os organismos comunitários a repensar a inserção económica e comercial da Europa no mundo (por exemplo, menos África e mais Europa).
- e) **A política económica do Presidente-eleito Donald Trump**, de onde se destacam a **total liberalização do sistema bancário norte americano** – fazendo reear pelo ressurgimento da crise do imobiliário de 2008/2009 – **o aumento substancial da produção petrolífera americana**, a **denúncia dos tratados de comércio livre** onde os Estados Unidos sejam parte integrante e a **revisão da maior parte dos acordos de cooperação** estabelecidos no passado. A política económica de Trump – uma combinação fora da ortodoxia neoliberal entre desregulação, diminuição de impostos, investimento público e protecçãoismo – se aplicada como enunciada e anunciada vai provocar uma subida das taxas de juro. Para Angola não poderá ser senão uma péssima notícia.
- f) No contexto da alínea anterior, **a nova Administração americana com certeza que irá rever o AGOA** ou pelo menos os clausulados que possam ser considerados menos benéficos para os Estados Unidos (já que Trump não acredita nos benefícios do livre comércio): “a suspensão ou revisão em baixa deste tratado de comércio pode vir a ter consequências nefastas para África. Na realidade, entre 2008 e 2013,

70% das importações americanas oriundas dos países integrantes correspondiam a produtos listados, onde o petróleo contava com 90% do valor total (Nigéria, Angola, Chade), sendo o resto de equipamento de transporte, produtos refinados, têxteis e vestuário e produtos agrícolas.” Mesmo que Angola não tenha uma participação significativa nesta iniciativa americana para ajudar as economias africanas – as mais intervenientes nesta iniciativa têm sido a África do Sul, a Namíbia, o Botswana, o Lesoto, as Maurícias e o Quénia – poderia, no entanto, constituir uma janela de oportunidade para a diversificação das exportações.

- g) **O envio de petróleo para China para remuneração de empréstimos deixou o país com um número limitado de barris para vender** no mercado, para obter divisas. Em Janeiro de 2017, não está prevista a venda de algum carregamento, “possivelmente pela primeira vez” (Reuters).
- h) **“O sector da promoção imobiliária vai reduzir drasticamente a sua actividade**, sendo, no entanto, previsível que os edifícios que se encontram em construção possam ser concluídos”; “Será difícil projectar um aumento da procura enquanto os valores do preço do petróleo se mantiverem nos actuais níveis”, segundo o Relatório do Mercado Imobiliário 2016.
- i) Finalmente, a **inflação**, sempre e em qualquer circunstância um factor de incerteza para as decisões de investimento e de consumo. Ainda não se sabe em quantos por cento a inflação fechará em 2016, mas as perspectivas não são boas: o Governo, numa visão optimista, aponta, no Relatório de Fundamentação do OGE 2017, para 38,5%, quando, e segundo o INE, a inflação homóloga de Outubro já estava em 40%. Como Novembro e Dezembro são tradicionalmente os meses de maiores taxas de inflação é expectável que a taxa se coloque em 46%. O FMI avança 45% como a taxa mais provável, estimando-a em 20% para 2017. Porém, o Governo é ainda mais crente, fixando-a em 15,8% no seu Relatório de Fundamentação. Olhando para o valor do PIB nominal oficialmente previsto para 2017 (AKZ 19746,1 mil milhões) e para a taxa real de crescimento de 2,1%, pode concluir-se que a taxa de inflação está subestimada, sendo o seu valor de consistência de 41,79% (no fundo a taxa de inflação implícita naquele valor nominal)¹.

¹ Para a citada taxa de inflação, o PIB nominal só poderá ser de AKZ 16810,3 mil milhões.



As previsões para o crescimento da economia angolana para 2017 continuam a ser revistas em baixa por algumas das mais prestigiadas instituições internacionais:

- a) A Bloomberg reviu em baixa a previsão de crescimento da economia de Angola para este ano (2016), de 1,4% para 0,8%, abaixo da estimativa oficial de 1,1% do Governo.
- b) “Em 2017, estima-se que o crescimento do produto suba para 1.25 por cento, comparativamente à ausência de crescimento no ano corrente, reflectindo uma recuperação no sector não petrolífero devida ao aumento programado da despesa pública e a melhores termos de troca. A projecção da inflação anual aponta para uma subida para 45 por cento, no final do ano, antes de declinar para 20 por cento no próximo ano, com condições monetárias restritivas e um kwanza estável a suportarem a desinflação. A médio prazo, as perspectivas são de uma recuperação gradual da actividade económica, embora existam riscos, entre os quais um declínio adicional nos preços do petróleo e atrasos na implementação das reformas estruturais necessárias à promoção da diversificação económica, esperando-se que o défice fiscal global atinja cerca de 4 por cento do PIB em 2016. No entanto, a dívida pública deverá vir a exceder 70 por cento do PIB no final de 2016, reflectindo”, Relatório de Missão do FMI a Angola em Novembro de 2016.
- c) As previsões do CEIC, no seu cenário de base, apontam para uma taxa média anual de crescimento entre 2017 e 2020, de 3,2%, conforme Relatório Económico 2015.
- d) A Economist Intelligence Unit (EIU) “prevê que Angola cresça menos de três por cento ao ano até 2021, o que, aliado à subida do rácio da dívida pública face ao PIB, aumenta o risco de incumprimento financeiro do país. A despesa com o serviço da dívida em 2017 deverá aumentar para 36,28%, o que, aliado a uma perspectiva de crescimento económico

baixo - menos de 3% entre 2017 e 2021, segundo a nossa estimativa -, aumenta a vulnerabilidade de Angola a um incumprimento".